

Investigação nas ações do conselho

LARISSA MEIRA

DA EQUIPE DO CORREIO

Depois de retirar da pauta o projeto de lei que extingue o Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília (Conpresb), os deputados distritais estão dispostos a vasculhar as normas do tombamento da cidade. A comissão, criada na última terça-feira para avaliar as funções órgão, só começa a trabalhar em agosto. Mas os cinco integrantes já defendem uma ampla investigação das ações e do regimento interno do Conpresb, além de leis aprovadas na Câmara Legislativa em relação ao plano urbanís-

Wanderlei Pozzembom 16.6.02



ARLETE DEFENDE QUE O IPHAN SEJA CONSULTADO PELOS DISTRITAIS

tico de Brasília. Os integrantes da comissão devem fazer

restrições ao poder do conselho, mas manter o órgão com poder deliberativo.

Por causa do recesso parlamentar, que começa hoje, a comissão só deve se reunir a partir de 2 de agosto. A composição conta com representantes de cinco blocos da Câmara: Eurides Brito (PMDB), Arlete Sampaio (PT), Eliana Pedrosa (PFL), Júnior Brunelli (PP) e Peniel Pacheco (PSB). Eles defendem que a comissão não tenha um presidente.

Peniel vai pedir que o grupo faça um amplo levantamento das leis aprovadas pela Câmara que desrespeitem o tombamento de Brasília. "Vamos verificar e revogar as leis contra a preservação. Deveremos analisar também todas as decisões do Conpresb", disse. "Acho que deveremos ouvir o Iphan para embasar qualquer decisão em relação ao conselho", defendeu Arlete.

A comissão terá 60 dias para concluir os trabalhos. Os distritais poderão elaborar um relatório ou mesmo um novo projeto de lei, se verificarem necessidades de mudança no regimento do Conpresb.